

“Eppur si muove”

Wilson Figueiredo 9 OUT 1986

Todos se dispensam de ter em mente o tempo todo que a Terra em 365 dias descreve uma elipse em torno do Sol. E que começa tudo outra vez, no ano seguinte. Trata-se de matéria escolar mais útil para prestar exames do que à vida diária. Qualquer um — independente de classe social, fé religiosa ou clube de futebol — dirá tranquilamente que o Sol se levantou ou se deitou, como se não tivesse importância o que Galileu sofreu.

O homem é que não sai do lugar. *Eppur si muove*. Quem se dá conta de que todos os dias a Terra dá uma volta completa em torno dela própria? Ninguém sequer fica tonto.

Em ponto menor, giram diariamente em torno dos cidadãos fatos públicos de que ele também não toma conhecimento. Ou toma, porém, do ponto de vista pessoal, na órbita de acontecimentos a que atribui importância que o tempo raramente deixa de esvaziar. Pareciam grandes quando vistos de baixo para cima ou porque assim nos disseram. Sem retórica, os acontecimentos cabem numa linha, que é a vala comum nos livros de História.

A História, no dia-a-dia, mantém-se incógnita. Quando passa por um de nós, cidadãos, nunca sabemos se é ela mesma ou um sócio. Muitos levam toda a vida à espera da oportunidade de conhecê-la. Outros lhe são apresentados, apertam-se as mãos com simpatia recíproca, e quando voltam a se reencontrar ou a confundem com outra ou não são reconhecidos por ela.

Não fazia grande diferença, antes da promulgação que esta semana abalou o Brasil, saber se a Constituição iria gravitar em torno dos brasileiros ou o contrário. De prático, a primeira mudança e a primeira frustração vieram juntas: não houve o feriado nacional, e somente a Brasília foi facultado o direito de trabalhar ou não. Sabe-se como é: trabalhar em dia de ponto facultativo, só com mandado de injeção. Ai de quem quiser assinar ponto em dia em que seja facultativo, porque o encarregado de abrir a repartição utiliza antes — e na mão contrária — a mesma faculdade, que a ninguém deixa a oportunidade de trabalhar.

O fato (histórico ou não) foi que, com a promulgação, o Brasil entrou sem se dar conta num regime político que bem merece o rótulo de *consular*. A explicação é indispensável em vista do precedente comprometedor estabelecido por Napoleão. Não se trata, porém, de um consulado substantivo, e sim do adjetivo, no sentido refrigerado que a palavra adquiriu no mercado do nosso tempo.

A promulgação coincidiu em toda linha com as comemorações da geladeira Consul, quando verificou que milhões de brasileiros têm uma em casa. Coincidência ou não, o presidente Ulysses Guimarães (que para sempre será presidente, ainda que a oportunidade lhe venha a faltar) mandou imprimir um exemplar da nova Constituição para cada cidadão.

Quando todos tivermos passado e for tempo de revolver fatos esquecidos, os pesquisadores no futuro vão desencavar o que houve em comum entre a promulgação e a refrigeração. Não é fácil, numa promulgação como esta que tivemos, reparar em tudo ao mesmo tempo. Ficou, porém, na memória visual coletiva aquele gesto trêmulo do presidente Sarney quando jurava defender e respeitar a Constituição da qual havia dito dias antes que tornaria o Brasil governável. Força de expressão ou fraqueza humana?

Foi simpático ouvir o presidente Sarney dizer outra vez todas aquelas coisas de que tenta se convencer antes de sair. Não deixa de ser homenagem. O presidente Ulysses Guimarães, em gesto enérgico mas delicado, tirou-lhe com a mão da verdade histórica o mérito da iniciativa de convocar a Assembléia Constituinte. Era apropriação indébita. Pagou-lhe o elogio de ter cumprido exemplarmente (vá lá) o compromisso de Tancredo Neves e da Aliança Democráti-

ca, que os usou até que a morte os separasse. A ideia da Constituinte vinha rolando até por falta de outra.

Já havia, antes da promulgação, gente que esquentava e gente que esfria, conforme vinha mostrando a televisão nos intervalos. Gente que se ama e gente que não se ama. Omitia, porém, gente que é presidente e gente que quer ser presidente. A promulgação mostrou, um ao lado do outro, o futuro ex-presidente Sarney e, se tudo der certo, o mais provável futuro presidente Ulysses Guimarães.

Assumindo no dia-a-dia o lugar e a função do verbo *haver*, embora não conste das disposições transitórias ou permanentes da Constituição, o verbo *ter* se sentiu promulgado. Assim, já se pode dizer que na festa da promulgação tinha um presidente que estava de mal com a Constituição mas fez as pazes com ela. Lado a lado, sentados, um presidente em final de mandato e outro em começo de campanha. Teve um dono da promulgação e, ao seu lado, um que não disfarçava o desapontamento de ter a carteira batida no ato.

Continua a ter, do mesmo jeito de antes, ministro que toca (obra) e ministro que não se toca (para conceder verbas). E tem inflação (cada vez mais), sucessão (enfim) e Constituição (por quanto tempo?). E tem ameaça de hiperinflação.

O homem se engana com facilidade até na superfície da Terra. Quando duas composições ferroviárias estão paradas, uma ao lado da outra, o passageiro da que se move primeiro tem a impressão de que foi a outra. Quando estavam lado a lado, ficaram em dúvida a Constituinte e a sociedade sobre qual das duas era impulsionada por uma força histórica. Antes, na campanha das diretas, foram os brasileiros, mas na sistematização foram os constituintes. Apareceu então na política brasileira um *centrão de gravidade*, com leis exclusivas que a Física desconhece e os políticos decoraram logo.

Onde ficou, em tudo isso, a História? Se é verdade que ela põe ao alcance dos interessados uma perspectiva para qualquer um ver além do nariz humano, o que se viu autoriza a desconfiança de que ela gosta de criar ilusões de ótica. Em matéria de efeitos especiais, a História compete com a televisão.

Entende-se genericamente por perspectiva o aspecto que apresentam os objetos vistos de longe. A História não trabalha a perder de vista, e estimula com suas lições os que são capazes de ter um olho nas conseqüências e outro nas causas. A uma razoável distância que o cidadão queira alcançar, a perspectiva política brasileira mostra com muita clareza o fim do mandato presidencial e — de lá para cá —, vindo ao nosso encontro, uma sucessão formalizada na promulgação.

A perspectiva não permite muito a olho nu: a inflação ofusca o eleitor. Nomeada por Cícero *mestra da vida*, em Roma, a História continua lecionando a desatentos. Não reprovava em matéria teórica, como é a cadeira de Perspectiva Política, mas não aprova os desatentos nas aulas práticas.

Pode-se esquecer que a Terra gira em torno do Sol ou desprezar a voltinha que faz sobre si mesma a cada dia, mas é um erro a mesma indiferença em relação ao que se passa por perto. Afinal somos nós ou não que fazemos a História? Ou será que ela faz o que bem entende?

A promulgação não removeu todas as dúvidas. A expressão do presidente Sarney na solenidade foi representativa — e quanto! — de um desagrado que não é apenas dele. E, se ele mudou, não quer dizer que os demais tenham a mesma disposição de demonstrar arrependimento. Falava antes pelos que desgostam de constituição em geral, e desta mais ainda. Quem falará por essa gente daqui pra frente?

A promulgação aceita de bom grado uma indagação: por onde afinal tem andado, esses anos todos, a História? Tudo então é História — ou nada chega a ser?

Se também a História não existe, então tudo é permitido.